



Fronteiras: Revista de História

E-ISSN: 2175-0742

fronteiras@ufgd.edu.br

Universidade Federal da Grande

Dourados

Brasil

Szekut, Andressa

“AQUÍ TODOS SOMOS MIGRANTES O HIJOS DEMIGRANTES, TANTO LOS  
BRASILEÑOS COMO LOS PARAGUAYOS”: MEMÓRIAS DE MIGRANTES  
BRASILEIROS SOBRE A SITUAÇÃO DE COLONIZAÇÃO RECENTE NO DISTRITO DE  
SANTA RITA, DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, PARAGUAI

Fronteiras: Revista de História, vol. 19, núm. 34, julio-diciembre, 2017, pp. 319-352  
Universidade Federal da Grande Dourados

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588266489015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

## **“AQUÍ TODOS SOMOS MIGRANTES O HIJOS DE MIGRANTES, TANTO LOS BRASILEÑOS COMO LOS PARAGUAYOS”: MEMÓRIAS DE MIGRANTES BRASILEIROS SOBRE A SITUAÇÃO DE COLONIZAÇÃO RECENTE NO DISTRITO DE SANTA RITA, DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, PARAGUAI**

Andressa Szekut\*  
Jorge Eremites de Oliveira\*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre a memória de brasileiros estabelecidos no Distrito de Santa Rita, Departamento de Alto Paraná, Paraguai, que migraram para o país vizinho durante um processo de colonização recente, iniciado nos anos 1970. Foi realizado a partir do levantamento e análise de fontes escritas e visuais, e de uma etnografia que privilegia a memória social e as representações de sujeitos históricos no contexto das redes de sociabilidade, constituídas no tempo e espaço.

**Palavras-chave:** Brasileiros no Paraguai; Colonização Recente; Migração; Memória Social.

## **“AQUÍ TODOS SOMOS MIGRANTES O HIJOS DE MIGRANTES, TANTO LOS BRASILEÑOS COMO LOS PARAGUAYOS”: MEMORIES OF BRAZILIAN MIGRANTS ABOUT THE RECENT COLONIZATION SITUATION IN THE DISTRICT OF SANTA RITA, DEPARTMENT OF ALTO PARANÁ, PARAGUAY**

**Abstract:** This article presents a study on the memory of Brazilians established in the District of Santa Rita, Department of Alto Paraná, Paraguay, who migrated to the neighboring country during a recent colonization process that started in the 1970s. The papers based on an investigation and analysis of written and visual sources and on an ethnography that focuses on social memory and representations of historical subjects in the context of social networks, constituted in time and space.

**Keywords:** Brazilians in Paraguay; Recent Colonization; Migration; Social Memory.

## **“AQUÍ TODOS SOMOS MIGRANTES O HIJOS DE MIGRANTES, TANTO LOS BRASILEÑOS COMO LOS PARAGUAYOS”: MEMORIAS DE MIGRANTES BRASILEÑOS SOBRE LA SITUACIÓN DE COLONIZACIÓN RECENTE EN EL DISTRITO DE SANTA RITA, DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, PARAGUAY**

**Resumen:** Este artículo presenta un estudio sobre la memoria de brasileños establecidos en el Distrito de Santa Rita, Departamento de Alto Paraná, Paraguay, que migraron al país vecino durante un proceso de colonización reciente, iniciado en los años 1970. Fue realizado a partir

\* Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel (Universidade Federal de Pelotas); bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: andressaszekut@gmail.com.

\*\* Doutor em História/Arqueología pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); docente dos Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e em Antropologia da UFPel (Universidade Federal de Pelotas); bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E-mail: eremites.br@gmail.com.

del levantamiento y el análisis de fuentes escritas y visuales, y de una etnografía que privilegia la memoria social y las representaciones de sujetos históricos en el contexto de las redes de sociabilidad, constituidas en el tiempo y el espacio.

**Palabras clave:** Brasileños en Paraguay; Colonización reciente; Migración; Memoria Social.

## INTRODUÇÃO

[...] colonizar é um exercício que visa desmemoriar as populações em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e construindo uma nova memória, onde uns e outros são hierarquizados de acordo com a ordem do colonizador, marcando de forma definitiva a valorização do mesmo, a desvalorização e a recusa do outro (HENRIQUES, 2014, p.49).

Neste artigo é apresentado um estudo sobre a memória de pessoas brasileiras estabelecidas no município paraguaio de Santa Rita, antigo Santa Rita del Monday, as quais migraram para lá durante um processo de colonização recente, iniciado nos anos 1970. O trabalho foi realizado a partir do levantamento e análise de fontes escritas e visuais, seguido da produção de uma etnografia que privilegia a memória e as representações de sujeitos históricos no contexto das redes de relações sociais, constituídas no tempo e espaço.

Santa Rita é um *distrito* localizado na porção central do *departamento* de Alto Paraná, na região Oriental do Paraguai, em uma zona onde predomina o bioma Mata Atlântica, distando cerca de 70 km da cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira com o estado brasileiro do Paraná. No país vizinho, os termos *distrito* e *departamento* correspondem, respectivamente, a divisões político-administrativas equivalentes às categorias de *município* e *estado* no Brasil. Trata-se de um dos lugares do território nacional paraguaio que mais recebeu fluxos de migração brasileira nas últimas décadas, sobremaneira de pessoas oriundas da região Sul. A maioria delas é constituída por descendentes de europeus que vieram para o Brasil a partir da segunda metade do século 19, no contexto da colonização oficial de áreas situadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul. Este processo está associado a uma ação oficial de colonização e (re) aproximação política entre os dois países, ocorrido no contexto de regimes militares que marcam a história de Estados-

nações que posteriormente, em 1991, participaram da criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

Os trabalhos de campo foram realizados por seis meses consecutivos, de fevereiro a julho de 2015, quando uma de nós residia e participava das atividades e vivências em Santa Rita. A pesquisa permitiu compreender que naquela região o passado rural e o presente urbano também estão ligados à chegada de pessoas do Brasil e, com efeito, às transformações decorrentes de uma situação histórica particular, ligada à colonização recente.

Segundo dados divulgados pela DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (2015, p.35), órgão do governo paraguaio, em 2012 a população local era de 26.281 habitantes, com projeção de 29.348 moradores para o ano de 2016. Todavia, informações obtidas em 2015 na secretaria geral da *municipalidad* (prefeitura), à época Santa Rita teria uma população estimada em 36.000 pessoas. Dados assim, aparentemente conflitantes, revelam certa idiossincrasia demográfica relativa às estimativas oficiais para a população santarritenha.

O município concentra muitas empresas que atendem a toda uma grande região circundante, principalmente estabelecimentos de insumos e máquinas agrícolas, bancos, construtoras e outros. Caracteriza-se, portanto, por ser uma cidade-polo para a prestação de serviços e um expressivo centro do agronegócio, conhecido pela grande produção de soja (*Glycine max*), dentre outras coisas, tais como: população heterogênea, também composta por migrantes nacionais e estrangeiros; polo educacional que concentra escolas do ensino básico e instituições de ensino superior; destino do êxodo rural para pessoas de outras partes do Paraguai; sede urbana para quem mora em localidades mais distantes; etc.

**Figura 1** – Localização do município ou *distrito* de Santa Rita



Fonte: [http://assets.panda.org/img/original/santa\\_rita3.jpg](http://assets.panda.org/img/original/santa_rita3.jpg) (Acesso em 24/02/2017).

**Figura 2** – Portal localizado na entrada da cidade de Santa Rita



Fonte: Fotografia de Andressa Szekut, 2015.

**Figura 3 – Centro urbano da cidade de Santa Rita**



Fonte: [http://www.wikiwand.com/es/Santa\\_Rita\\_\(Paraguay\)](http://www.wikiwand.com/es/Santa_Rita_(Paraguay)) (Acesso em 06/03/2017).

**Figura 4 – Túnel de árvores em uma das entradas e saídas da cidade de Santa Rita**



Fonte: Fotografia de Andressa Szekut, 2015.

## ADENTRANDO A UMA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO RECENTE

Observar e escrever sobre o tema migração, aqui percebido no sentido amplo do deslocamento de pessoas de uma região para outra, independentemente das fronteiras entre Estados nacionais, requer certos cuidados inerentes à prática etnográfica. Esta questão se refere, principalmente, à atenção dispensada aos interesses de pessoas e grupos sociais, aos discursos orais e imagéticos e às relações de poder envolvidas no universo da pesquisa. Ocorre que o contexto em que estão inseridos os pesquisadores e os sujeitos colaboradores da pesquisa é particular e, portanto, esta questão precisa ser considerada no estudo.

Neste sentido, faz-se necessário explicar que a condição da autora deste artigo é de ex-migrante do Sul do Brasil para o Paraguai. Quando tinha três anos de idade, em 1993, seus pais foram morar no município de San Cristóbal, no *departamento* de Alto Paraná, onde residiu até seus 17 anos, em 2007, quando retornou ao Brasil para dar continuidade aos estudos. Esta cidade está situada a uns 140 km da fronteira com Foz do Iguaçu e o percurso mais utilizado para se chegar até lá passa por Santa Rita. Significa dizer que a pesquisadora conhecia um pouco a região e estava familiarizada com a realidade local de migração. Mesmo assim, como aponta Velho (1978), ao discutir sobre o familiar e o exótico, considera-se que, muitas vezes, coisas alheias ao nosso meio de convivência são tidas como mais diferentes do que muitas facetas e aspectos do nosso próprio ambiente social. Portanto, o fato da pesquisadora ter vivenciado, em outro momento, a realidade estudada, isso não significa que a conhecesse em sua complexidade histórica e sociocultural. Ocorre que observar o familiar é uma tarefa difícil, haja vista que requer o estabelecimento de um olhar de estranhamento sobre o que parece ser habitual, natural e comum. O coautor do artigo, por sua vez, residiu e trabalhou como docente e pesquisador universitário por quase dezessete anos em Dourados, Mato Grosso do Sul, município localizado a uns 120 km da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Nesta condição, estabeleceu contatos e parcerias com pesquisadores que atuam no país vizinho, acumulou leituras sobre arqueologia, etnologia e história do Paraguai, atuou como docente colaborador em um curso de Mestrado em Antropologia na Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, realizou viagens de estudos à capital do país e ao Chaco, recebeu a primeira colocação e foi jurado do Prêmio Susnik e participou da elaboração de um laudo pericial sobre uma terra indígena localizada na fronteira, dentre outras

experiências. Portanto, juntos somam diferentes e complementares experiências de vida acadêmica e vivências em fronteiras (territoriais, étnicas, nacionais, socioculturais, disciplinares etc.), as quais foram concatenadas para a elaboração do presente estudo.

Os interlocutores de que trata este trabalho são, em sua maioria, brasileiros do Rio Grande do Sul que se fixaram em Santa Rita durante a chamada *Marcha para el Este*. Trata-se de um programa do governo Alfredo Stroessner (1954-1989), análogo à *Marcha para o Oeste* do governo Getúlio Vargas (1937-1945), durante o Estado Novo, com o objetivo de expandir as fronteiras econômicas e promover a integração territorial do país (cf. SOUCHAUD, 2007; SILVA, 2005; SPRANDEL, 2006; FERRARI, 2009; ALBUQUERQUE, 2009; SZEKUT e EREMITES DE OLIVEIRA, 2015, 2016).

No caso da memória, a mesma é compreendida como um fenômeno social, tal qual entendida por Halbwachs (1990). Parte-se ainda da ideia de que ela é construída por processos de (re) significação subjetivos e constantes, nos quais os sujeitos de ação se movem e se orientam conforme experiências passadas e expectativas futuras (JELIN, 2001).

Em pesquisas desse tipo, o observador precisa estar atento aos jogos de representações dos discursos e das práticas, verificados na dinâmica da vida em sociedade. De acordo com Chartier (1990), as representações servem para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada posição social, pois são formas de luta pelo poder e fixação de certas ideias no tempo e espaço. Exemplo disso é a construção da representação de uma história de saga e pioneirismo na colonização e transformação de um espaço de “sertão” em lugar de “civilização”. Vale registrar que o termo “sertão”, muito comum no Brasil e tema de sucessos literários como *Os sertões*, de Euclides de Cunha, publicado pela primeira vez em 1902 (GALLETI, 1995), aparece com frequência na fala de muitos migrantes sulistas. Na maioria das vezes, está associado a uma região percebida como selva inóspita, constituída por espaços “atrasados”, verdadeiros desertos de “civilização” e “progresso”, os quais são identificados como sinônimo de centros urbanos, onde a “modernidade” está materializada em residências de alvenaria, estabelecimentos comerciais, agronegócio, saneamento, escolas, hospitais, rodovias pavimentadas etc. A ideia de “sertão”, portanto, está diretamente relacionada a lugares interioranos para além-fronteiras em relação aos locais de origem dos migrantes, o destino das frentes de expansão econômica e da colonização oficial. Também é percebido como uma espécie de *Eldorado* situado alhures e a ser conquistado, desbravado e

convertido em espaço de opulência no âmbito de projetos voltados à integração nacional e internacional. Situação semelhante a esta tem a ver com a construção da representação de “sertão” para várias regiões interioranas do Brasil, como o semiárido e outras extensões do Nordeste, a Amazônia e grande parte do Centro-Oeste (cf. GALLETI, 2012).

Nesta perspectiva, a região de Santa Rita foi percebida como *lócus* onde foi constituída uma sociedade complexa, assimétrica, heterogênea, dinâmica e particular. No campo em si, inicialmente foi estabelecido diálogo com um representante da *municipalidad*, principal instituição governamental local. Na ocasião, foi manifestado o interesse em falar com pessoas que chegaram primeiramente ao distrito, chamadas de “pioneiros”. Sob esta diretriz, o representante gentilmente forneceu informações e indicou algumas pessoas a serem entrevistadas, sujeitos que fazem parte de sua rede de relações sociais.

A partir de então, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas. Primeiramente, buscou-se uma aproximação com as pessoas apontadas como “pioneiras”, tendo como base informações registradas em campo e referências dadas pelo representante da *municipalidad*. Além disso, foram utilizadas referências encontradas em um estudo desenvolvido por discentes do curso de Psicologia da Universidade Nacional del Este, de Santa Rita, fornecido por uma das coautoras do trabalho, no qual buscam relatar a história do *distrito* e dar destaque aos “pioneiros”. A cada pessoa com quem foi mantida interlocução, foi solicitada a indicação para falar com outras que pudessem contribuir com a pesquisa. Dessa forma, foi estabelecida uma rede de contatos para além das indicações formais e das vozes autorizadas a falar sobre a colonização. No total, foram mais de cinquenta entrevistas com gravação, algumas feitas com mais de uma pessoa, e apenas três entrevistas não gravadas. Todo este processo de pesquisa também foi devidamente registrado em diário de campo, incluindo conversas informais mantidas com moradores, às vezes durante o rápido contato em um estabelecimento comercial ou no decurso de algum evento local.

Nota-se que a etnografia foi decisiva para registrar, contextualizar e analisar a realidade observada, conforme explica Geertz (1978). Neste sentido, foi ainda relevante contar com diversas experiências acumuladas na vivência com a sociedade local, como defendido por Foote-Whyte (1980). Empenhou-se, assim, em compreender as relações sociais desenvolvidas no interior da população local, especialmente um aspecto particular observado durante as pesquisas, qual seja: as experiências e transformações vividas e geradas por

migrantes no processo de transformação da região, o qual decorre, sobretudo, da mecanização do campo e consequentemente do crescimento do agronegócio. Para este propósito, manteve-se interlocução com brasileiros e paraguaios que, em diferentes momentos, chegaram ao *distrito*. Ênfase maior foi dada à experiência de brasileiros que para lá foram nos primeiros anos da década de 1970, quando começou a colonização oficial, o que foi feito como forma de delimitação do tema estudado.

## MEMÓRIAS SOBRE MIGRAÇÃO E TRABALHO

Uma das primeiras falas registradas durante os trabalhos de campo foi proferida por Edgar (2015), paraguaio que em 1986 deixou o *distrito* alto-paranaense de Doctor Juan León Mallorquín para se estabelecer em Santa Rita: “Aquí todos somos migrantes o hijos de migrantes, tanto los brasileños como los paraguayos”. Esta expressão, usada como título deste trabalho, remete a uma representação particular, construída no coletivo com o qual se identifica, sobre o jovem município. Refere-se à construção de uma imagem multicultural a respeito da população local, porém exclusiva ao protagonismo de migrantes e descendentes na recente história local.

Muitos interlocutores foram inquiridos sobre a presença de indígenas naquela parte do *departamento* de Alto Paraná, sobretudo quando ali chegaram os primeiros colonos, e a maioria das respostas foi uníssona: “Não havia índios aqui”. Trata-se de uma fala recorrida para deixar claro que o lugar seria um vazio demográfico, quer dizer, uma área inhabitada onde não haveria, inclusive, qualquer aldeamento oficial, entendido como espaço reservado pelo Estado Paraguaio a coletivos indígenas. Isso não significa, que se faça bem entendido, que o município de Santa Rita não esteja dentro de um grande território indígena, historicamente ocupado por povos linguisticamente guarani, como os Aché (anteriormente chamados pelo apelativo de *Guayaki*), Avá Guarani e Mbyá. Esta situação é conhecida e pode ser averiguada em trabalhos etnológicos, etno-históricos e jornalísticos, como na matéria *Los indígenas sojeros de Puerto Barra*, de Ferreira e Colmán Gutierrez (2011), e, destacadamente, no livro *Los Aché del Paraguay: discusión de un genocidio*, editado por Parellada e Beldi de Alcántara (2008). Além disso, a fala remete à ideia de que a colonização de Santa Rita teria

ocorrido sem quaisquer conflitos entre migrantes estrangeiros e povos originários ou campesinos nacionais.

Algumas pessoas, contudo, fizeram referência à presença dos Aché no vizinho *distrito* de Naranjal, onde a situação seria diferente. Via de regra, a maior parte dos interlocutores destacou que em Santa Rita não haveria índios quando da chegada dos “pioneiros”, termo recorrente à autorrepresentação dos primeiros colonos que ali estabeleceram. Falas desse tipo chamam à atenção para uma idiossincrasia ligada ao entendimento de que antes da colonização oficial a região seria um vazio demográfico, um “sertão” ermo e despovoado e, por conseguinte, sem história, “civilização” e “progresso”.

Relativo ao assunto, sabe-se que a violência contra os povos originários nesta e em outras partes do país, como ocorreu com os Aché, foi intensificada após o final da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) e, sobretudo, durante o governo Stroessner, inclusive nos anos que antecederam ao início da colonização oficial de Santa Rita:

El conflicto en torno a las comunidades indígenas es histórico. **Al finalizar la Guerra de la Triple Alianza en 1870, el nuevo Estado surgido de la derrota vendió la casi totalidad de las tierras públicas a empresas extranjeras, con todos sus ocupantes dentro.** Así, hasta la década de los sesenta del siglo XX, en el Chaco, 79 personas poseyeron más de 12.800.000 ha, mientras que en la Región Oriental casi una tercera parte del Departamento de Amambay pertenecía a un propietario. Estas tierras pasaron a constituirse en una suerte de reservas indígenas, al menos hasta el momento en que fueron parceladas y vendidas a terceros, de nuevo incluyendo a todos sus ocupantes. **La parcelación de los latifundios llevada a cabo a partir de la década de los sesenta, profundizo el saqueo de los territorios indígenas.** Del censo del 2002 se desprende que de 412 comunidades indígenas, el 46% están en la categoría “no poseen tierra propia”, ya sea porque cuentan con tierras comunitarias sin título, o porque simplemente no tienen tierra propia. **Según el Censo, la mayoría de las comunidades sin tierra pertenecen a la familia Guaraní, especialmente los Ava Guaraní, los Mbya y los Pai Tavytera, localizadas fundamentalmente en el corazón de la expansión sojera de la región Oriental, cercanas a la frontera con Brasil** (INFORME, 2009: 62). [destaques nossos]

Na interpretação de Bartomeu Melià:

Con Stroessner se abre un período en el que las violaciones y crímenes de tiempos anteriores y la represión de los derechos humanos se dan mediante el régimen político de una persona que concentra todo el poder, que por ella misma o por grupos u organizaciones actúa por la fuerza o violencia – que

certamente se daba también anteriormente –; que hace posible la injusticia y la impunidad, y en algunos casos las promueve. **Los pueblos indígenas han visto sus derechos violados impunemente**; si se argumenta que las violaciones hubieran podido ser todavía mayores y que en algunos casos alguna comunidad indígena fue tratada con algo más de justicia, no es una atenuante respecto al conjunto del período dictatorial. Que algums comunidad haya obtenido favores no puede distraernos de tantas violaciones sistemáticas (MELIÀ, 2008, p.138) [destaques nossos].

Para viabilizar o modelo de colonização oficial na *Región Fronteriza Oriental*, o Estado Paraguai implementou uma política marcada pela violação de direitos e tentativas de promover genocídio ou etnocídio contra povos originários. O propósito maior era impulsionar o esvaziamento de grandes extensões de terra para, em seguida, as áreas serem vendidas a empresas colonizadoras do Brasil. Neste contexto, milhares de indígenas foram assassinados ou confinados em *colonias indígenas*, categoria equivalente à de *reservas indígenas* no Brasil. Relativo à parte deste assunto, faz-se oportuno registrar as seguintes palavras de Nickson:

Durante el decenio de 1967-77, el IBR [*Instituto de Bienestar Rural*] vendió casi la totalidad de las tierras fiscales vírgenes que quedaban en la RFO [*Región Fronteriza Oriental*], principalmente a altos funcionarios de las Fuerzas Armadas y del Partido Colorado gobernante, a precios fiscales muy inferiores a los precios del mercado. **A su vez, estos compradores han revendido a compañías agrícolas brasileras con base en Sao Paulo y Curitiba, logrando como consecuencia considerables ganancias especulativas**. Por su lado, los principales latifundistas de la región comenzaron a vender grandes áreas de la tierra bajo su control, casi exclusivamente, también a compañías agrícolas brasileras

[...]

Antes de dividir sus propiedades en parcelas mas pequeñas para la reventa, las compañías agrícolas brasileras extraen las variedades de madera comercialmente valiosas (cedro, lapacho, perobá y urundey), cuya ganancia es normalmente suficiente para pagar la compra inicial de tierra (NICKSON, 2005, p.233-234). [destaques nossos]

Entre os colonos brasileiros a presença de indígenas na região é relegada a diminutos fragmentos memoriais sobre o início da migração: “passavam por aqui”, mas “não eram daqui”; moravam no “sertão”, na “selva”, “muito longe”. Nas pouquíssimas vezes em que foram mencionados, os nativos aparecem retratados como “selvagens”, exóticos e silvícolas de alhures que comiam cobras. Um dos raros relatos sobre eles foi feito durante a narrativa de uma anedota, contada em tom jocoso por um migrante ao explicar que uma de suas filhas,

“por ser muito apressada, nasceu aqui mesmo, por um curandeiro”. Questionado sobre quem seria o “curandeiro”, o interlocutor assim explicou:

Curandeiro, um índio, um índio do mato. Ele morava lá no sertão do mato e depois veio para a vila, porque ficava mais fácil para ele. Mas bom, muito bom! Curandeiro, índio, um cacique. E bom pra dar remédio, pra fazer qualquer coisa. Era a única gente que tinha aqui, porque doutor não existia. [...] E ele morava em Cerro Largo.

O mesmo interlocutor, ao ser inquirido logo em seguida sobre a existência de indígenas na região, respondeu da seguinte maneira: “Não tinha indígenas aqui, eles moravam no mato”. O mato ou a selva seria o “sertão”, lugar apontado como distante da área de colonização onde prosperava a “civilização”. Sua fala, todavia, atesta a presença deles nas circunvizinhanças da colônia. Mais ainda, demonstra certa relação amistosa que teria sido estabelecida com o referido “curandeiro”, uma pessoa percebida como virtuosa para curar doenças e prestar ajuda aos colonos em momentos de dificuldade. Vale dizer que a localidade de Cerro Largo, a vila para onde teria ido morar o “cacique”, atualmente faz parte da zona rural de Santa Rita. Ademais, sendo “cacique” e “curandeiro”, isto é, uma liderança política e religiosa, como é o caso de um xamã, supõe-se que o indígena não viveria sozinho e teria um coletivo a liderar. O fato é que não foi possível conseguir mais informações sobre o assunto, inclusive a respeito da saída do indígena de Cerro Largo.

Quando ali chegaram os primeiros colonos brasileiros, portanto, os indígenas não mais teriam áreas destinadas para seus assentamentos permanentes na região, embora um pouco antes pudessem ter ocupado o lugar de diferentes maneiras, considerando a mobilidade espacial característica dos povos linguisticamente guarani. Esta possível situação chama à atenção para formas dinâmicas de territorialidade, as quais estão relacionadas a um modo de vida tradicional, pautado por cosmologias particulares e distintas em relação à percepção de mundo dos colonos.

Em linhas gerais, constatou-se que quando os migrantes brasileiros ali chegaram, nos primeiros anos da década de 1970, coletivos indígenas não mais estariam estabelecidos nos lotes por eles adquiridos. A situação apontada não exclui, obviamente, eventuais processos de esbulho, tentativas de genocídio e outras situações de violência a que podem ter sido

submetidos anteriormente por parte do Estado Paraguai e até mesmo da empresa colonizadora.

Depois dessa primeira entrevista, outros contatos iniciais com os interlocutores ocorreram principalmente por telefone. Dificilmente seria possível chegar a suas casas ou a seus estabelecimentos comerciais sem um contato prévio e sem ter uma pessoa de referência para se chegar a elas. Por exemplo: “Foi fulano(a) que me indicou o(a) senhor(a).” Esta prática revela a existência de redes de relações sociais. Por isso, foram frequentes as perguntas sobre de onde se veio e a que família pertence. Caso reconheçam o pesquisador como migrante, ou seja, com trajetória semelhante à deles, buscam estabelecer ligações a partir de transcursos em comum ou de algum vínculo de amizade. Desse modo, tem-se um tratamento de maior afetividade, de ligação pela migração, por meio da experiência compartilhada na situação de colonização recente.

A questão de como era a vida quando os colonos chegaram a Santa Rita esteve presente durante as conversas: comparações entre o antes e o depois; motivações da migração; dificuldades vividas nos primeiros anos da colonização; trabalho na terra; etc. Os interlocutores comumente associam a possibilidade de entrada e fixação no Paraguai a ações do governo Stroessner. Fazem isso de modo a rememorar as políticas oficiais de incentivo à migração e, por conseguinte, à produção agrícola. Ocorre que o incentivo à migração de brasileiros para o Paraguai foi justificado de várias maneiras por agentes do Estado, inclusive pelo fato de serem bons trabalhadores: “La justificación de la acogida positiva a los migrantes brasileños la daba el propio Juan Manuel Frutos, presidente del IBR: ‘Los brasileros son muy trabajadores, el Paraguay los necesita’” (FOGEL e RIQUELME, 2005, p.14). Este tipo de argumentação denota a existência da ideia de que os trabalhadores paraguaios, diferentemente dos brasileiros, seriam menos aptos para este tipo de projeto voltado à colonização e integração nacional e internacional.

A situação indicada pode ser observada na entrevista concedida por Milton (2015), que migrou com os pais do Rio Grande do Sul para o Paraguai em 1976, quando tinha 9 anos de idade. Durante anos, ele e seus familiares se dedicaram à agricultura. Após dificuldades para se manter no campo, decidiu investir no comércio e, à época dos trabalhos de campo, havia se tornado empresário. Ao falar sobre a documentação das terras e das pessoas migrantes, disse o seguinte: “Não houve dificuldades porque na época o presidente do

Paraguai era o Alfredo Stroessner, e ele incentivava muito a vinda de migrantes pra abrir essas terras e colonizar”. Este é um discurso reafirmado constantemente por brasileiros e paraguaios, recorrido para a construção de uma imagem positiva ligada à colonização oficial.

De acordo com as entrevistas realizadas, os primeiros migrantes chegaram a Santa Rita por meio da empresa colonizadora de Adelino Vettorello, no início dos anos 1970. A firma adquiriu terras a partir do Instituto de Bienestar Rural (IBR), criado em 1963, cuja missão era promover a colonização pública em terras localizadas na porção oriental do Paraguai. Vendia as terras que tinham sido adquiridas junto ao governo e teve escritório em Foz do Iguaçu e nas áreas de colonização, principalmente no *departamento* de Alto Paraná. Foi responsável, por exemplo, pela colonização de Santa Rosa del Monday, Santa Rita e Santo Cristo, dentre outros espaços no Paraguai.

Ao responderem sobre como souberam a respeito da colonização no Paraguai e como conheceram a região, os migrantes mencionaram os trabalhos da referida empresa. Explicam que a colonizadora era responsável por divulgar a venda de áreas e também por levar as pessoas até a região, para poderem ver e comprar alguma terra. As ações da companhia e a realidade dos brasileiros são (re) lembradas pelos entrevistados, conforme observado no relato de Alido (2015), agricultor e empresário em Santa Rita, oriundo do Rio Grande do Sul. Ele chegou ao Paraguai com sua família em 1975, acompanhando a outros parentes que vieram nos anos anteriores. Segundo explicou:

Os colonizadores que colonizaram aqui eram a maioria brasileiros; então eles já estavam começando recorrer e fazer propaganda para os colonos que queriam migrar. Porque na nossa região, no Rio Grande do Sul, já não tinha como se expandir mais; então meus pais e avós e parentes estavam procurando outra região que pudessem se expandir mais e os filhos terem possibilidade de comprarem alguma área de terra. A nossa família vem de uma família de agricultores.

De acordo com a memória dos interlocutores, eles souberam da colonização de diferentes formas. Uns buscavam um lugar para migrar e, no caminho para conhecer o antigo Mato Grosso (atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e Rondônia, ao passarem por Foz do Iguaçu, souberam do Paraguai e decidiram visitar a região de Santa Rita. Diante da constatação de que havia áreas favoráveis à agricultura e disponíveis à colonização, decidiram

comprar alguma extensão de terra “ali mesmo”. Outros souberam através de conhecidos que se estabeleceram no país vizinho, os quais informaram que no *departamento* de Alto Paraná as terras eram boas e baratas. Houve ainda quem veio para trabalhar como peão, sem escolher o destino, ou como arrendatário, no fluxo da produção e comercialização de menta (*Mentha L.*). O que se percebe é que a propaganda da empresa colonizadora foi direcionada a partir do escritório em Foz do Iguaçu, e o foco principal era voltado para pessoas do Rio Grande do Sul. No entanto, também estiveram presentes migrantes vindos do Paraná, principalmente de áreas de colonização recente no extremo oeste e norte do estado; os últimos teriam vindo pelos fluxos da produção de menta, que era temporário devido à forma de produção. Uma dessas realidades pode ser observada a partir da fala de Alido (2015):

Meus pais e meus avós foram conhecer o Mato Grosso [*atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*], daí passaram no Paraguai. Encontraram que aqui já se havia iniciado a colonização. Então, depois de voltar pro Brasil resolveram voltar, comprar umas áreas de terra aqui no Paraguai mesmo. Eu, faz 40 anos que estou no Paraguai, mas meu pai comprou aqui no ano 1973. Aí, eles vieram de lá; era tudo mato. Entravam por Ciudad del Este, era tudo mato, tudo através de picadas; às vezes, levava dois, três dias até chegar aqui. E aí, aqui começava se desenvolver no Paraguai a cultura da soja e da menta. A motivação de ter entrado no Paraguai foi pelo tipo de terra, terras férteis que temos aqui.

Os primeiros migrantes que chegaram à região, a maioria originária do Rio Grande do Sul, foram para o Paraguai conhecer o lugar. Aos poucos fizeram negócio e conseguiram comprar terras. Alguns adquiriam alguma área de imediato; outros retornaram ao Brasil para vender suas propriedades para, em seguida, voltarem e poderem comprar terras no país vizinho. Primeiro, teriam sido os homens – proprietários e peões – que demarcaram as terras, abriram picadas, montaram acampamento e ficaram algum tempo sem as famílias. Depois de prepararem o mínimo possível de infraestrutura, ou deixarem alguém para fazer isso, voltaram ao Brasil e buscaram suas famílias. As primeiras providências eram abrir uma picada para poderem chegar até suas propriedades, plantar algo básico, como feijão, milho e mandioca, e montar acampamento com barracos de lona.

Essas informações são recorrentes entre os interlocutores, a exemplo do que disse Valtair (2015), migrante gaúcho que chegou à região em 1973, onde comprou terras e se dedicou a agricultura. Em decorrência de problemas com sua saúde, deixou o campo e, desde

1992, começou a trabalhar na *municipalidad*. Assim disse: “Nós viemos em quatro de lá para ver; daí eu e meu cunhado voltamos para buscar a mudança, e dois ficaram para montar acampamento”. Outro migrante, Aloísio (2015), também do Rio Grande do Sul, comprou terras e se dedicou à agricultura; expandiu suas propriedades e se mantém a esta atividade econômica até os dias atuais. Soube da colonização quando foi visitar familiares no oeste do Paraná:

Voltei ao Rio Grande e expliquei pra família que ia comprar terras no Paraguai. O pai aceitou, e então eu e meu irmão viemos e compramos, já no ano de 1973. Deixamos dois peões que trouxemos do Sul, cuidando e trabalhando. E em 1975 vim com minha família: esposa e seis filhos, o mais velho de doze anos e o mais novo com 4 meses.

Altemir (2015), por exemplo, partiu do Paraná com a família em 1974, quando tinha 12 anos, rumo a Santa Rita. Ao longo dos anos, dedicou-se à agricultura e à construção civil. À época das pesquisas de campo, trabalhava em seu restaurante e em outros empreendimentos. Conta que seu pai veio um ano antes, em 1973, quando “comprou, abriu e plantou”, e foi buscar sua família, ocasião em que duas outras os acompanharam para ali trabalhar. Necessitavam de mão-de-obra pelo fato de na época a agricultura ser manual e possuírem 100 hectares de terra (um hectare equivale a 10.000 m<sup>2</sup>). A situação atesta uma prática recorrente no processo de colonização: além de trazerem suas famílias do Brasil, alguns migrantes contratavam outras famílias brasileiras para trabalhar na terra recém adquirida no Paraguai. Aloísio (2015), por exemplo, que comprou terras no Paraguai em 1973 e imigrou com a família para Santa Rita em 1975, disse o seguinte sobre o assunto:

Primeiro, buscamos duas famílias em Santa Rosa [Paraguai], onde já tinha mais movimento e sempre chegava gente procurando emprego. Daí deixei recado que se tinha família procurando serviço, era pra avisar. Alguns dias depois, mais três famílias vieram. Então, tivemos cinco agregados, todos com crianças, e não tinham nada de dinheiro, nada pra comer, e aqui pra comer tinham ovos e leite, dos animais que trouxemos. [...] Essas famílias eram do Rio Grande do Sul, mas já tinham passado por Santa Catarina e Paraná trabalhando. Vieram pro Paraguai sem rumo e com mudança nas malas. Dentro de um ano, fizemos casinhas boas pra eles com as toras tiradas do mato. [...] Também tive famílias paraguaias agregadas, isso mais tarde.

Percebe-se que as características da região, de mata fechada e terras férteis, e as expectativas dos migrantes em “desmatar para produzir”, fizeram com que se precisasse de um maior número de pessoas para trabalhar no campo. Esta situação ocorreu, principalmente, no momento da derrubada da mata e de plantação manual dos primeiros cultivos. Para a época, o relato de trabalhar para outros colonos é frequente entre os entrevistados. Valdomiro (2015), para citar outro exemplo, natural da Bahia, mas vindo do norte do Paraná, onde morava, disse que nos primeiros tempos trabalhou “muito como peão por dia”, isto é, trabalhador diarista, para terminar de pagar sua colônia de terra. Em 2015, Valdomiro, à época já idoso, obtinha renda por meio da venda de lotes urbanos da área que lhe pertence, onde ele e sua família se fixaram. Segundo Nilson (2015), que em fins dos anos 1970 migrou para o Paraguai, sua família foi “trazida do Paraná pelo patrão do Brasil”, e, como eram vários irmãos, começaram a arrendar terras para, posteriormente, comprarem as suas. Quando dos trabalhos de campo, Nilson tinha algumas propriedades e trabalhava na agricultura. Maria (2015), por sua vez, que chegou a Santa Rita com sua família aos 15 anos de idade, no início dos anos 1980, relata que ela e seus irmãos, quando não tinham trabalho na terra da família, prestavam serviços para os vizinhos. Trabalhavam basicamente carpindo os terrenos, cortando soja ou como diarista para ajudar na renda familiar. Em 2015, Maria estava casada, trabalhava como dona de casa e cuidava dos animais que criavam no sítio.

São muitas as histórias de trabalho em conjunto no campo durante os primeiros anos de colonização, o que favoreceu a constituição de vínculos de sociabilidade, aliança política e solidariedade entre as pessoas. De acordo com os relatos dos interlocutores, cada colono comprava entre uma e quatro colônias de terra, cada qual equivalente a mais ou menos a 25 hectares. Eram espaços grandes se considerado que iniciaram a derrubada de mata com o uso de machado e motosserra, e o plantio e a colheita eram feitos manualmente. Todo o processo gerava grande movimento de trabalho em conjunto entre os migrantes, além da contratação de peões e arrendatários. Percebe-se nessas relações não apenas a formação de uma solidariedade coletiva, mas também a constituição de uma historicidade particular, cujo marco temporal, o divisor de águas na memória social dos interlocutores, é a própria colonização recente.

Outros relatos demonstram a organização das pessoas em grupos familiares ligados à migração e ao trabalho, como pode ser visto no relato de Alido (2015):

A nossa família veio praticamente 80%. Vieram meus avós, meus tios, como umas 20 famílias de parentes, todos parentes, e todos compraram terras, justamente onde estamos aqui: Santa Rita, Esquina Gaúcha, toda essa parte aqui. Vieram praticamente em dois anos, um atrás do outro.

Esse tipo de organização, que também remete à migração de famílias extensas, constituídas por até três gerações, está presente no relato de Teresa (2015), que em 1974 deixou o Rio Grande do Sul com sua família em direção a Santa Rita. Ela participou da construção de espaços sociais, liderou organizações da sociedade civil e religiosas, foi *consejal* (vereadora) durante um mandado e, à época dos trabalhos de campo, estava aposentada. Seu marido e familiares chegaram à região um ano antes, em 1973, quando começaram a construir um acampamento onde atualmente é a Esquina Gaúcha. Esta é uma das primeiras comunidades formadas em Santa Rita, cujo local de estabelecimento foi transformado em um bairro da cidade. Aos poucos trouxeram esposas, filhos e outros familiares. Assim explicou:

Começou tudo com chácara, muito difícil. Tudo mato, então tinha que derrubar com motosserra. E tinha que ser a família porque peão não existia. Daí se reuniam os vizinhos: iam primeiro em um, depois em outro e, assim, faziam as roças. Quem podia ajustar um peão, trazer do Franco ou de Ciudad del Este, trazia. Mas a nossa lavoura aqui, eu descoivarei [*limpou os terrenos manualmente após destoca e queimada da vegetação derrubada*] sozinha com motosserra, e os filhos de arrasto junto.

Os relatos descrevem, pois, uma migração realizada por meio de redes de relações sociais baseadas em famílias, sobretudo de agricultores oriundos da região planáltica do Rio Grande do Sul, as quais compraram terras subjacentes e, por conseguinte, tornaram-se vizinhas. Com a migração de muitos parentes para o Paraguai, as famílias numerosas realizavam o trabalho em cooperação.

Na fala de Teresa (2015), observa-se o destacado protagonismo das mulheres na colonização em Santa Rita, não apenas na condição de esteio das famílias e trabalhadoras dentro de casa, mas também como agricultoras que no início lavraram a terra manualmente. Contudo, muitas vezes a presença e a ação dessas mulheres não possuem a devida visibilidade nos discursos das pessoas entrevistadas, inclusive em suas próprias falas. Geralmente

preferem comentar as ações dos maridos e de outros familiares homens a relatar suas próprias atividades cotidianas.

Nilsa (2015), migrante brasileira que em 1977 chegou com sua família a Santa Rita, vindas do Paraná, é um desses casos. Ela e seus parentes compraram uma colônia de terras e trabalharam na agricultura durante alguns anos. Depois disso, mudaram-se para a área em urbanização, onde se dedicaram a um bar, adquiriram uma ambulância e, em seguida, compraram uma funerária, principal atividade econômica nos tempos da pesquisa. Ao ser inquirida sobre o papel das mulheres no período inicial da colonização, assim ela se reportou ao coletivo: “A turma de mães que comeu o pão que o diabo amassou”. Referiu-se, sobretudo, ao trabalho árduo que tinham para, dentre outras coisas, criar os filhos em uma região à época percebida como isolada em relação à terra natal e aos centros urbanos mais próximos.

Em outro depoimento, Leontina (2015), migrante brasileira que ali chegou nos anos 1980, vinda de Santa Catarina com esposo e filhos, diz que durante alguns anos ela e seus parentes se dedicaram à agricultura. Entretanto, como eram pequenos produtores, acabaram por vender a colônia de terras e se fixaram na área urbana de Santa Rita, ocasião em que seu esposo passou a trabalhar com um caminhão e ela, a produzir e vender hortaliças. No relato desta interlocutora, mais uma vez transparece a importância do trabalho das mulheres, especialmente pelo fato dela mesma ter adoecido anos depois e, desde então, não poder mais ajudar os parentes na lida do campo. Este foi um dos principais motivos que teriam levado sua família a vender a pequena propriedade e, em seguida, a migrarem para a cidade, quando se iniciava a urbanização.

Valeria (2015), por exemplo, que saiu do Rio Grande do Sul e chegou ao Paraguai em 1974, juntamente com esposo, cinco filhos e grávida do sexto, conta um pouco de sua história de vida: “No começo não tinha ninguém, mas logo os vizinhos que tínhamos no Rio Grande do Sul foram vindo pra cá e nos vizinharam tudo de novo”. No caso, a interlocutora aponta a importância da reconstituição, no novo lugar de moradia, de antigas redes de relações sociais existentes no Sul do Brasil, o que facilitou a territorialização de famílias brasileiras na região. Seu marido, falecido em meados dos anos 2000, chegou a ser corretor da empresa colonizadora de Vettorello. A colônia de terra que ela e sua família compraram corresponde, no tempo presente, ao centro da cidade. Além disso, todos os seus filhos se fixaram na região e são agricultores e empresários em diversos ramos de atividade econômica.

Edio (2015), por seu turno, que comprou terras em 1973, diz que voltou ao Rio Grande do Sul e convenceu muita gente do estado a se mudar para o Paraguai. Quando dos trabalhos de campo, ele e sua família se dedicavam à pecuária de corte e à produção de leite.

Além da organização em grupos familiares, constatou-se a formação de uma rede de migrantes e descendentes, constituída a partir de alianças políticas, pautadas em relações de amizade, solidariedade, reciprocidade, parentesco por consanguinidade e afinidade, identidade nacional ou regional de origem (brasileiros, sulistas, gaúchos e assim por diante) etc. Esta é, portanto, uma das características marcantes da formação social naquele espaço de colonização recente. A situação pode ser observada, ainda, no nome dado a certos pontos de Santa Rita: *Esquina Gaúcha*, que recebeu a denominação pela presença de brasileiros oriundos do Rio Grande do Sul; *Cerro Largo*, localidade constituída por migrantes, em sua maioria da região de Cerro Largo, no referido estado brasileiro; etc. Soma-se a isso tudo o fato de grande parte dos colonos sulistas também descender de migrantes europeus que vieram para o Brasil a partir do século 19, como foi o caso de muitos alemães e pomeranos de religião cristã (católica ou luterana).

Ainda de acordo com as entrevistas realizadas, depois de dois ou três anos do início da colonização, muitas famílias, majoritariamente apontadas como “nortistas” (nordestinas e outras assim chamadas em oposição às sulistas), chegaram à região para arrendar terras e plantar menta. Os interlocutores mencionam que a produção de menta estava em alta e, consequentemente, isso facilitava o processo de derrubada da mata para o plantio do cultivo. A maioria dos colonos plantou e/ou arrendou suas terras para que os “novos” migrantes cultivassem menta. A situação é mencionada por Oscar (2015), interlocutor que em 1974, aos 7 anos de idade, chegou ao Paraguai com seus pais e irmãos, vindos do Rio Grande do Sul. Dedicou-se à agricultura e à serraria com sua família e, após a morte de seu pai, comprou terras em outra região e também investiu no transporte de carga com uma frota de caminhões. Segundo esclareceu: “A cada ponto se via uma casinha de menteiro”. À época, era comum o arrendamento de terras por 4 a 6 anos, destinadas ao plantio de menta, realizado simultaneamente à derrubada da mata, o que facilitava o posterior processo de destoca. Ao final do período de produção, geralmente as famílias de arrendatários partiam rumo a outra área onde havia o plantio de menta, cujo cultivo dependia de “terra virgem”. As famílias de “nortistas” normalmente são lembradas como as de trabalhadores braçais da época, mas não

relacionadas com o pioneirismo da região, dado que estariam em situação social e economicamente inferior em relação aos colonos originários do Sul do Brasil. A assimetria apontada está naturalizada na fala de vários interlocutores e também tem reflexos na construção de uma memória social coletiva e, por extensão, na constituição de uma historicidade local. Tem a ver, ainda, com certa percepção pejorativa sobre o Nordeste e os nordestinos, a qual reflete na estratégia de inclui-los na condição de subordinados ou menos importantes na história local.

**Figura 5** – Estrada aberta nos primeiros anos da colonização de Santa Rita.



Fonte: Acervo particular Mercedes Birnfeldt.

**Figura 6** – Balsa sob o rio Monday nos primeiros anos da colonização de Santa Rita.



Fonte: Acervo particular Marcia Mesomo.

**Figura 7** – Colheita de menta nos primeiros anos da colonização de Santa Rita.



Fonte: Acervo particular Marcia Mesomo.

A falta de estradas também é mencionada como grande dificuldade enfrentada pelos brasileiros na região. Sobre o assunto, Valtair (2015) disse o seguinte: “Quando nós chegamos era puro mato, só tinha os carreadores”. De acordo com os entrevistados, essas picadas ou veredas foram feitas por pessoas que cortavam madeira antes dos migrantes chegarem à região, e também pela empresa colonizadora, para demarcar os limites das terras. Os carreadores definiram a entrada dos colonos e os traçados das estradas, pois no tempo presente as vias de acesso, principalmente as do interior, seguem os mesmos traçados dos antigos caminhos. Eis um exemplo: a Avenida de los Inmigrantes de Santa Rita, via que segue pela Avenida 14 de Mayo em direção ao interior do município, no sentido Cuimbaé, segue o trajeto original de um carreador.

Horas e dias gastos a trafegar em estradas precárias também são contabilizados pelos entrevistados. As dificuldades de deslocamento, acesso e comunicação estão entre as memórias de maior peso entre os migrantes, como constata na fala de Valtair (2015):

No começo, quando viemos pra cá, era bastante difícil. As estradas eram bastante precárias; às vezes, quando pegava dias de chuva, ficava dois, três dias na estrada. Isso aqui era tudo sertão: **de Ciudad del Este em diante, todo o Alto Paraná, Itapúa, era sertão**. Havia uma colônia de japoneses daqui a 150 km ao Sul da nossa região. [...] Chegamos na Esquina Gaúcha, depois abrimos uma picada até onde hoje é São José, e aí, ficamos acampados e começamos a limpar pra fazer os ranchos [*moradias improvisadas*]. Fizemos os ranchos no meio do mato; não tinha quase sol, só chovia; a gente ficou até amarelo aí dentro. E nós com as crianças pequenas, dormindo em cima de tarimba [*tipo de cama com quatro estacas e estrado de madeira*], porque cama não tinha. As poucas coisas que tínhamos estavam meio encaixotadas tampadas, porque ia colocar aonde? E daí nós dormíamos, uns no chão, outros nos estaleiros. E fomos desmatando, fomos indo; não tinha motosserra, tudo no machado. Ainda bem que naquele tempo o dinheiro [*brasileiro*] valia contra o Guarani [*moeda paraguaia*]; nós trouxemos um pouco de dinheiro e fazíamos nossos ranchos [*compra de mantimentos*].

Na fala de Valtair, a expressão “sertão” segue emblemática para compreender certas representações construídas coletivamente sobre a região colonizada. Está relacionada à construção de um mito de origem que ilustra a chegada dos “pioneiros” a um espaço vazio, uma selva repleta de perigos e desafios, onde migrantes brasileiros protagonizaram um processo heroico de desbravamento e construção da “civilização”, percebido como saga.

Neste contexto, a vida no acampamento é relatada como momento de muitas dificuldades e também de criatividade e superações. Foram meses, e até anos, de acampamento, quando migrantes moravam em habitações precárias, feitas de lonas e telhas de zinco, trazidas nas mudanças. A respeito do assunto, Teresa (2015) faz a seguinte afirmação: “Todo mundo morou em acampamento aqui. Quando chegamos ainda tinha onça, que vinha arranhar na porta da casa, que era uma folha de zinco”. Valtair (2015) segue a descrever a situação: “Nós entramos, limpamos e fizemos uma casinha de cartão, aquilo se chamava *Ondalite*; é tipo um papelão grosso, tipo *Brasilit*. E quando eu mudei de um barraco para outro, onde nós iríamos morar, eu achei dezesseis cascavéis”. Outros tantos relatos sobre o período foram registrados e descrevem, por exemplo, a ausência de portas e janelas nas habitações durante semanas a fio, destruição de casas por contas de tempestades, estabelecimentos infestados por animais peçonhentos etc.

Apesar dos contratemplos, os acampamentos eram preparados para receber as famílias que ali chegavam. O cenário apontado atesta, ainda, a construção de uma memória social pautada na solidariedade entre os migrantes. Quanto a isso, Leontina (2015) faz a seguinte exposição: “Quando sabíamos que ia chegar gente nova, todos ficávamos animados, preparávamos janta e lugar para recebê-los”. Relativo ao assunto, Valtair (2015) pontua:

Daí começamos a derrubar o mato e plantar feijão. E quando chegava gente nova nós nos ajudávamos. Aquele feijão, nós dávamos para quem chegava para comer. Porque você podia ter dinheiro, mas sair daqui do meio do mato, direto chovendo, era difícil. Então nós nos ajudávamos e fomos vivendo.

Nota-se amiúde uma significativa solidariedade registrada na memória dos colonos migrantes, o que denota, como dito antes, a gradual estruturação de redes de relações sociais. Nas palavras de Teresa (2015):

Depois de uma tormenta forte, nós ficamos no limpo. Daí nós construímos essa casa, uns 38 anos atrás. E nessa casa, morou acho que mais de dez famílias. Porque as famílias chegavam de mudança e não conseguiam chegar até seus locais, por causa do barro. Então eles descarregavam a mudança para o caminhão ir embora e depois eles levavam de carroça de boi. Só tinha um senhor aqui que tinha carroça de boi, e ele que levava as mudanças.

Esta solidariedade deu origem a uma memória social coletiva sobre a migração, baseada em experiências de vida, histórias de trabalho, superação das adversidades, expectativas futuras etc. Dessa maneira, os colonos e descendentes construíram um sentimento de pertencimento àquele espaço de territorialização. A situação é atribuída, principalmente, ao fato de que a maioria da população era constituída por pessoas oriundas da região Sul do Brasil.

Com o tempo, a mata e a agricultura manual foram praticamente extintas, segundo explicação presente na fala de Oscar (2015): “Primeiro só derrubamos o mato e plantávamos tudo manual; só depois de alguns anos foi destocado e mecanizado”. Representações desse tipo são apontadas repetidas vezes nos relatos dos primeiros colonos, a exemplo do que se constata na fala de Alido (2015):

Sofrido, porque era tudo braçal, serviço pesado. Chegando aqui tinha que derrubar um pedaço de mato para construir; daí construía um galpão, ou algo assim, para morar e daí depois continuava derrubando o mato e plantando menta. No primeiro ano, depende a época que se preparava a terra, se plantava soja, mas tudo manual; e depois, a plantação de menta. A menta dura um período de cinco seis anos. E depois de uns dez anos que estávamos aqui, que começamos a mecanizar. Daí meu pai com meus tios compraram um trator de esteira pra ir destocando e ir fazendo a mecanização. Depois já compraram tratores e colheitadeiras em sociedade; formavam uma sociedade, um grupo, porque a gente veio de lá com escassos recursos. Vendeu as propriedades pequenas no Rio Grande do Sul, daí veio pra cá, mas esse dinheiro deu mal apenas pra pagar as terras e construir casa e galpão pra moradia.

A despeito do processo de destoca, além desta família, que tinha seu próprio trator de esteira, havia empresas particulares, brasileiras e paraguaias, que prestavam este tipo de serviço. Após alguns anos, as áreas foram destocadas, haja vista tratar-se de uma atividade dispendiosa em termos de trabalho e investimento financeiro, a demandar, inclusive, a contratação de mão-de-obra de fora do núcleo familiar.

No início da colonização, portanto, o dia-a-dia em Santa Rita girava em torno da derrubada da mata, dos primeiros plantios e das estratégias de sobrevivência das famílias de migrantes que lá se fixaram. No próximo relato, mais uma vez de Valtair (2015), observa-se como eram organizadas essas atividades:

Nós tínhamos um caminhão velho, depois meu cunhado foi para o Brasil e trouxe uma serraria velha, aí começamos serrar para fazer nossos barracos. Depois pra fazer uns trocados nós pegávamos o caminhão e ia levar tora, buscar tora nessas picadas. Aí que demorávamos. Caía e ficava uma semana na estrada. Até nós voltarmos à família, ficava aí. Meu Deus! Nunca pensamos em coisa pior. Se adoecia alguém grave, ou se picava uma cobra, não tinha o que fazer. Aí fomos passando os anos. Depois fizemos umas roças, plantamos menta e coisas pra sobreviver por uns quatro, cinco anos. Depois que apareceu o asfalto aí a gente viu o progresso, veio mais gente. Isso em 1988. Graças a Deus nós tivemos toda essa recompensa. O que está feito desde San Cristóbal, o que existe aqui fomos nós que fizemos. Não tinha uma árvore cortada; tinha que ver de avião por cima.

As falas apresentadas mostram parte das experiências de vida e como tem sido concebida e construída, até o tempo presente, a percepção do vivido em um espaço marcado pela situação de colonização recente. Mostram as representações constituídas pelos interlocutores sobre si mesmos (indivíduos e grupos), a partir da seleção de memórias dos migrantes brasileiros que se estabeleceram na porção oriental do Paraguai. Muitos outros modos de organização e estratégias socioeconômicas podem ser somados a esse processo, cada um com sua peculiaridade de experiência, tais como, por exemplo: o de uma família que começou um pequeno comércio; a de outra família que trabalhou para a empresa colonizadora; e de outras que estavam tão afastadas que não viam ninguém além dos parentes durante dias. O assunto também foi refletido por Valtair (2015):

Se contar do que nós saímos, o que passamos nas estradas, até água suja passando na sarjeta nós bebemos quando entramos. Ia fazer o que? Era só mato e terra. [...] Hoje, eu penso, como é que nós tínhamos tanta coragem? Não tinha pensamento ruim, éramos todos animados. Mas não tinha nada. Depois nós começamos criar as coisas. Nos finais de semana dos primeiros anos não tinha nem gente pra visitar nos domingos, então a gente ia caçar no mato, e ficar em casa, porque não tinha outra coisa.

Esta e outras falas demonstram, com efeito, que os colonos vindos do Brasil construíram uma representação particular de pioneirismo, isto é, a ideia de que, na condição de migrantes, teriam sido os primeiros a chegarem à região para transformá-la de “sertão” à “civilização”. Quando inquiridos sobre a presença de paraguaios na zona de colonização, a resposta foi praticamente unânime: “Não havia paraguaios na região”. De acordo com os relatos dos interlocutores, os paraguaios ou nacionais teriam começado a vir depois de algum

tempo, como peões e professores. Foi mantida conversa com o primeiro professor de Santa Rita, com o primeiro comerciante de Cerro Largo e também com o farmacêutico do primeiro hospital da região, todos paraguaios, os quais confirmaram que não havia migrantes nacionais na região, apenas eles. Narrativas assim mostram um consentimento e a continuidade do discurso dos brasileiros como “pioneiros”, perspectiva esta corroborada pelo próprio Valtair (2015):

Quando chegamos só tínhamos nós. Paraguaio não entrou antes, eles entraram depois. Nós entramos primeiro e fomos criando as comunidades. [...] Então, o que precisa: advogados, professores, tem que criar banco, e foram vindo os paraguaios pra assumir essas funções. Também conforme fomos abrindo o mato, têm alguns lugares que a terra é do governo, essas foram sendo ocupadas pelos campesinos. E assim fomos nos misturando. Os paraguaios começaram a chegar assim: um abriu uma empresa ali, outro botou um mercado, outro era professor, advogado, bancários, assessores jurídicos.

Na fala transcrita há a indicação de diferentes ações dos migrantes no tempo e espaço. O discurso naturalizado é de que “nós construímos”, ou seja, de saga civilizatória por meio de uma colonização empreendida com sucesso. A afirmativa tem como base as memórias selecionadas sobre a construção do *distrito*, com destaque para as ações dos colonos brasileiros que chegaram e permaneceram em Santa Rita. São protagonistas na transformação da região e fizeram isso a partir de sua concepção de desenvolvimento e progresso, ou seja, de evolução. Esta memória é alimentada constantemente, como expressou Marcelo (2015), em conversa informal não gravada: “Você sabe aquela árvore, naquela esquina? Foi minha mãe que plantou quando chegamos no Paraguai”. Na mesma direção disse Altemir: (2015): “A madeira pro salão da igreja foi meu pai quem deu, e eu e meus irmãos construímos sem cobrar nada”. Ou, ainda, na fala de Nilsa (2015): “Nós fizemos o primeiro bolão e tivemos a primeira ambulância”. Estas são apenas algumas das várias falas que se misturam com as práticas e que fixam a memória social coletiva de pioneirismo.

Após as explicações sobre como montaram e viveram nos acampamentos, e como era o trabalho na derrubada da mata e na lavoura, seguem quatro falas de como teriam construído o *distrito* de Santa Rita. *Primeira*: “Estrada cada um ia se fazendo” (Valtair 2015). *Segunda*: “Daí enfrentamos, porque no começo tinha que construir escolas, os professores eram trazidos

e pagos pelos pais dos alunos. E também construíam nas comunidades um salão para fazer festas que também já servia de igreja” (Teresa 2015). *Terceira*: “A princípio todos se conheciam aqui, tínhamos que trabalhar unidos. Tudo que foi construído tinha que partir do povo, na época vinha pouca verba. Se formavam comissões e essas saíam pedindo colaboração e administravam as construções” (Alido 2015). *Quarta*: “Quando tinha umas dez famílias a gente já fazia festas de comunidade. A gente doava as coisas e daí ia lá e comprava, pra ajudar a comunidade” (Altemir 2015).

Essas são algumas das muitas falas que se conjugam na representação construída sobre a região, bem como acerca da formação dos coletivos locais. Os discursos estão associados ao desenvolvimento econômico e, consequentemente, à transformação da agricultura manual para a mecanizada e seus desdobramentos. Nos anos 1970, onde atualmente está localizada a cidade de Santa Rita e seu entorno, havia pequenas comunidades rurais que se interligavam e pertenciam ao *distrito* de Domingo Martínez de Irala: Esquina Gaúcha, Cerro Largo, Santa Rita, São José, Formosa, Cuimbaé e Pacucua, dentre outras. Cada uma delas, constituídas majoritariamente por migrantes do Sul do Brasil, cresceu e se estruturou. À época, Santa Rita não era a maior comunidade e a população local investia em Cerro Largo para ser transformado em *distrito* autônomo, haja vista que desde o começo da migração contou com planejamento urbano, feito pela empresa colonizadora. Não obstante a esta situação, na década de 1980, como deliberação do governo Alfredo Stroessner, foi construída a Ruta 6, rodovia que atravessa o sul do país, ligando Ciudad del Este a Obligado e Encarnación, cujo trajeto passa por Santa Rita. Ao cruzar a localidade, o traçado da autopista deixou outras comunidades distantes do “asfalto”, como se referem os interlocutores, e, por conseguinte, do “progresso”.

A construção da rodovia pavimentada mudou a dinâmica do lugar e acelerou o processo de migração, bem como a própria mecanização da agricultura. Esta foi uma ação direta do Estado Paraguaio, executada como política de desenvolvimento e integração regional. Parcialmente sanou a grande dificuldade de acesso à área e facilitou os traslados. Além disso, refletiu diretamente nos coletivos ali existentes e, a partir de então, Santa Rita passou a ser a comunidade central e houve a (re) definição dos rumos de sua urbanização e emancipação. Em 1990, a localidade tornou-se *distrito* e passou a incorporar as demais comunidades vizinhas ao seu território.

Muitos relatos descrevem esse momento, como consta na entrevista feita com Alido (2015): “A construção do asfalto da Ruta 6, a partir dos anos 1980, fez com que começasse Santa Rita. Quando começou o asfalto, começou os loteamentos”. Também está registrado na fala de Valéria (2015): “Se alguém naquela época falasse que em dez, quinze anos nós íamos ter asfalto, eu não ia acreditar. Eu ia dar uma baita de uma gargalhada. Mas não é que nós tinha mesmo! Isso foi rápido, muito rápido”. A chegada do “asfalto” é, pois, um episódio que marca a memória dos migrantes e, por esta razão, é constantemente apresentado como um evento de grande transformação, a mudança do rural para o urbano. Dessa maneira, o processo de mecanização da agricultura, que acontecia simultaneamente à pavimentação asfáltica da rodovia, permaneceu ofuscado em muitas dessas falas, como observado nas palavras de Alido (2015):

Depois que tinha asfalto, começou a entrar muita gente, não pra agricultura, mas pro comércio. [...] Depois que foi crescendo a cidade, as famílias da colônia vinham morar em Santa Rita pra dar estudo pros filhos. [...] Com o tempo, pessoas do Brasil, pessoas que não eram dedicadas à agricultura e sim ao comércio, e de outras regiões, começaram a visitar a cidade e viram que aqui tinha muito campo para colocar comércio, o que quisesse colocar ia ter sucesso. [...] Tudo um processo, que foi muito rápido; Santa Rita está com 25 anos de “emancipación”. De 80 pra cá que se formou Santa Rita. Hoje você vê o potencial que tem, com tantas empresas, principalmente na parte agrícola, tanto brasileiras como paraguaias. O setor financeiro, como banco, financeiras, casas de câmbio, aqui temos entorno de oito a dez bancos.

Outra questão, que se soma a esta transcrição, refere-se a um assunto levantado por Altemir (2015): “Quando surgiu Santa Rita, com o asfalto, os colonos pequenos venderam tudo e vieram pra cidade. E agora, por causa de assalto e roubo, os colonos grandes também abandonaram as casas e construíram na cidade. Estão quase todos na cidade”. Falas assim conformam as imagens estabelecidas sobre o *distrito*. Embora se tenha no asfalto um importante elemento para o desenvolvimento regional, verifica-se que com o “progresso” veio o êxodo rural, motivado pela mecanização da agricultura e, também, por pessoas em busca de segurança frente à violência que passou a ser registrada no campo. A pavimentação asfáltica trouxe o urbano e também novos fluxos migratórios, agora não só de agricultores, mas também de “mão-de-obra especializada” para atender a novas demandas, principalmente nos setores agrícola e financeiro.

Os migrantes que chegaram antes da urbanização, especialmente aqueles dos primeiros anos de colonização, descrevem as grandes mudanças que ali vivenciaram, percebidas como transformações que afetaram a dinâmica das relações sociais. O assunto pode ser analisado quando Valéria (2015) faz seguinte explicação: “Foi chegando muita gente que hoje a gente nem conhece mais”. A questão também está presente na afirmativa de Altemir (2015): “Antigamente nós era mais unido que agora”. Esses são apenas dois fragmentos das muitas manifestações que denotam nostalgia em relação a um passado mais rural, marcado pela convivência cooperativa e solidária entre os migrantes. Indicam que as transformações ali verificadas no tempo e espaço, desde os anos 1970 à década de 2010, modificaram as relações sociais e a própria dinâmica da vida em sociedade.

## CONCLUSÃO

A teia da imigração não pode ser restrita a um tipo de discurso ou identidade. É sim como uma rede complexa, que pode ser entendida apenas com uma etnografia extensa e que busca entender as várias vozes embutidas no discurso. Há ângulos e dimensões distintos – vozes em conflito; vozes apagadas; vozes em acordo. No mundo da imigração, existem várias questões: a soberania, o nacionalismo, a segurança, fatores econômicos, o mercado de trabalho e a proteção da mão-de-obra local. Nesse sentido, a imigração não se trata apenas do fluxo de seres humanos de um lugar a outro; talvez, se fosse assim, o fenômeno imigratório seria menos complexo (RADHAY, 2008, p.45).

Durante as pesquisas de campo sobre o processo de colonização recente no *distrito paraguaio* de Santa Rita, foram observadas pessoas com olhos fixos no horizonte a vasculhar um passado particular, individual e coletivo. Estavam como que a olhar para dentro de uma caixa de memórias, espécie de quebra-cabeça da qual aos poucos juntavam peças referentes a um complexo processo sócio-histórico. No começo, apresentaram apenas as peças mais “brilhantes”, aquelas que estavam em destaque, as que foram manifestadas nas primeiras falas. Aos poucos, entretanto, outras peças foram trazidas ao tempo presente, sobretudo as experiências do dia-a-dia, como forma de reforçar o vivido e construir uma representação sobre si e a respeito do espaço para onde migraram. Todavia, algumas peças ficaram escondidas no fundo da caixa, no silêncio. São fragmentos que representam as memórias não

desejadas para a construção da (auto) imagem, frações que pela fala dificilmente o pesquisador terá acesso, o que não significa que inexistam.

Neste sentido, vale lembrar mais uma vez que a memória é uma permanente construção, um edifício inacabado no presente, construído por representações sobre o “eu”, o “nós” e os “outros”. Portanto, ao produzir uma etnografia sobre migrantes brasileiros no Paraguai, não se fez uma busca pela verdade objetiva dos fatos. Procedeu-se de maneira a compreender a construção da memória social coletiva sobre um passado não muito distante no tempo e espaço.

Demonstrou-se que a memória dos migrantes sobre Santa Rita gira em torno de múltiplos fatores: trabalho, agricultura, família, solidariedade, superação de dificuldades, urbanização, mudança etc. Enfim, como história vivida e percebida como saga civilizatória que abrange a seguinte trajetória: 1) chegada dos colonos e construção de acampamentos no tempo que existia mata fechada e animais silvestres, ou seja, na época do “sertão”; 2) abertura de picadas e dificuldades enfrentadas para a instalação, com o uso de estradas muito precárias; 3) acampamento e construção das primeiras casas dos colonos; 4) isolamento em relação aos centros urbanos e falta de condições básicas para viver na região; 5) organização coletiva e solidariedade entre pessoas oriundas do Sul do Brasil; 6) desmatamento, plantação manual dos primeiros cultivos e, em seguida, destoca e mecanização das lavouras; 7) construção de rodovia pavimentada e percepção do asfalto como marco para o desenvolvimento local. Trata-se de uma cronologia imprecisa de ações que se sobrepõem e se transpõem, em um movimento que conjuga sincronia e diacronia. Indica a construção de uma memória social coletiva, a partir de experiências vividas e compartilhadas, bem como a construção de representações sobre si, migrante brasileiro, dentro de um país vizinho, o Paraguai.

Finalmente, importa assinalar que o tema aqui tratado não se esgota com o presente trabalho, pelo contrário. Este é apenas um palimpsesto de uma história maior e mais complexa. Por este motivo, chama à atenção para outras tantas possibilidades de novos estudos, baseados tanto na memória social como também em fontes escritas, visuais, arqueológicas etc. Exemplo disso reside no levantamento e análise da documentação das empresas colonizadoras e na produção de uma etnografia que privilegie a memória de indígenas, brasileiros do Nordeste e campesinos paraguaios sobre a colonização oficial na região Oriental do Paraguai, dentre outros tantos assuntos.

## FONTES ORAIS

Alido. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 08 de julho de 2015.

Aloísio. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 26 de Junho de 2015.

Altemir. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 11 de junho de 2015.

Edgar. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 28 de julho de 2015.

Edio. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 24 de junho de 2015.

Leontina. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 26 de maio de 2015.

Marcelo. *Conversa informal*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 22 de maio de 2015.

Maria. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 22 de maio de 2015.

Milton. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 31 de março de 2015.

Nilsa. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 18 de maio de 2015.

Nilson. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 22 de maio de 2015.

Oscar. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 08 de julho de 2015.

Teresa. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 29 de maio de 2015.

Valdomiro. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 20 de maio de 2015.

Valeria. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 01 de maio de 2015.

Valtair. *Entrevista*. Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. 11 de junho de 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 15 (31): 137-166, 2009.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. *Paraguay. Proyección de la población por sexo y edad, según distrito, 2000-2025*. Revisión 2015. Asunción: DGEEC, 2015. Disponível em:

<<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrital.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FERRARI, Nilson Alberto. *Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009.

FERREIRA, Wilson; COLMÁN GUTIERREZ, Andrés. Los indígenas sojeros de Puerto Barra. *La Frontera*, Ciudad de Este/Foz do Iguaçu/Puerto Iguazu, 2011. Disponível em: <<http://orekuera.blogspot.com.br/2011/03/los-indigenas-sojeros-de-puerto-barra.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. Introducción. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Comp.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: CERI, 2005, pp.9-14.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GALETTI, Lylia da S. G. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. *Textos de História*, Brasília, 3 (2): 48-81, 1995.

GALETTI, Lylia da S. G. *Sertão, Fronteira, Brasil: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial e colonialismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, pp.45-58.

INFORME – *Situación de los Derechos Humanos en el Oriente Paraguayo en 2009*. Conflicto por la imposición de un modelo cultural y agroindustrial – Departamentos de Cordillera, Paraguari, San Pedro, Concepción y Central. Asunción, s/e, 2009.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. México: Siglo Veintiuno, 2001.

MELIÀ, Bartomeu. Pueblos indígenas en Paraguay y violación de derechos humanos (1958-2003). In: PARELLADA, Alejandro; BELDÍ DE ALCÁNTARA, María de Lourdes. (Ed.). *Los Aché del Paraguay: discusión de un genocidio*. Copenhague: IWGIA – Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2008, pp.135-146. Disponível em <[http://www.iwgia.org/iwgia\\_files\\_publications\\_files/0295\\_ache.pdf](http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0295_ache.pdf)>. Acesso em 05 Jul. 2016.

NICKSON, R. Andrew. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Comp.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: CERI, 2005, pp.219-253.

PARELLADA, Alejandro; BELDÍ DE ALCÁNTARA, María de Lourdes. (Ed.). *Los Aché del Paraguay: discusión de un genocidio*. Copenhague: IWGIA – Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2008. Disponível em <[http://www.iwgia.org/iwgia\\_files\\_publications\\_files/0295\\_ache.pdf](http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0295_ache.pdf)>. Acesso em 05 Jul. 2016.

PUJADAS, Joan J. El análisis de las redes sociales. In: PUJADAS, Joan J.; D'ARGEMIR, Dolores C.; ROCA, Jordi. *Etnografía*. Barcelona: Editorial UOC, 2012, pp.110-134.

RADHAY, Rachael A. A imigração, a etnografia e a ética. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, 9 (2): 45-56, 2008.

SILVA, Henrique M. Teuto-brasiguaios no oriente paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. *Diálogos*, Maringá, 9 (3): 167-184, 2005.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileira en Paraguay*. Asunción: UNFPA, 2007.

SPRANDEL, Marcia A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, 20 (50): 134-156, 2006.

SZEKUT, Andressa; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Memória e Identidade em um Espaço de Migração: Fronteiras em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. *História em Reflexão*. Dourados, 19 (17): 1-14, 2015.

SZEKUT, Andressa; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A presença de brasileiros na recente colonização do Paraguai. *Mediações*, Londrina, 21 (2): 303-331, 2016.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp.123-132.

**Recebido em: 19/09/2017**  
**Aprovado em: 05/12/2017**